



ESTADO DA PARAÍBA

Câmara Municipal de São Sebastião de Lagoa de Roça
"Casa José Rodrigues Coura"

Rua José Rodrigues Coura, 64 - Centro/CEP 58.119-000 - Tel/fax. (83) 3387 1031

CNPJ 24.225.625/0001-10

| | | |
|---|--|---|
| REQUERIMENTO Nº 23/2019. | Entrada na Secretaria ____/____/____ _____ Secretário | DESPACHO Aprovado na Sessão de Data ____/____/____ _____ Presidente _____ 1º Secretário |
| | Adiado p/ próxima Sessão Em ____/____/____ _____ Presidente | Ementa: Solicita a realização de uma audiência pública nesta Câmara Municipal, com a finalidade de debater a reforma da previdência e a MP nº 871. |

Senhor(a) Presidente:

Os vereadores abaixo subscritos, requerem na forma regimental, **a realização de uma audiência pública**, no prédio desta Câmara Municipal, no dia 26 de abril do corrente ano, às 09:00 horas, com a finalidade de debater a Reforma da Previdência e a Medida Provisória nº 871 (que adota medidas de combate as fraudes na concessão de benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS), que atualmente tramitam no Congresso Nacional, visando esclarecer a nossa população sobre as graves consequências advindas com a aprovação das referidas proposições, para a região nordeste e, especialmente, ao nosso município.

Requeremos ainda que os representantes da bancada paraibana no Congresso Nacional e outras autoridades sejam convidados a participarem do evento supra citado, a fim de enriquecê-lo com informações e sugestões, e no sentido de se assumir posições em defesa do povo.

JUSTIFICATIVA:

A Reforma da Previdência e a Medida Provisória 871, se aprovadas nos moldes em que foram enviadas ao Congresso Nacional, irão afetar seriamente as camadas mais carentes da nossa população, especialmente os produtores da agricultura familiar, visto que as aposentadorias rurais e os benefícios de prestação continuada-BPC estão na linha de frente da pretendida reforma.

É importante ressaltar que dificultar as regras de concessão de tais benefícios, vitais para sobrevivência de milhões de nordestinos, implicará numa grave crise humana, para os mais carentes, expondo-os a miséria; e econômica, para a nossa região, pois os benefícios rurais compõem, juntamente com o fpm, as principais receitas da grande maioria dos

Requerimento nº 23/2019 (continuação)

municípios nordestinos.

É sabido que o sistema previdenciário deve ser zelado, para garantir os benefícios atuais e futuros, mas as medidas adotadas neste sentido não podem atingir exclusivamente as camadas mais carentes da população. Todos os setores da sociedade devem dar sua contribuição, especialmente os mais favorecidos.

Diante do exposto, solicitamos aos ilustres pares que compõem a Edilidade Municipal, a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2019.

Aírlon Cunha Simplício
Vereador

Adeilton Fernandes de Farias
Vereador

Antonieta Maria Cardoso Farias
Vereadora

Carlos Antonio da Costa
Vereador

Edgleide Terto da Silva
Vereador

Fabio Santos Almeida
Vereador

José Ademar de Farias
Vereador

Marcelo Alves Ribeiro
Vereador

Washington Gonçalves de Queiroz
Vereador